



GT 033. Estudos em contextos africanos: desafios, limites e perspectivas

Andréa de Souza Lobo (Universidade de Brasília) - Coordenador/a,
Josue Tomasini Castro (Universidade de Campinas) - Coordenador/a

O emergente campo da Antropologia da África a partir do Brasil tem, nos últimos anos, atraído um conjunto de pesquisadores e questões que se manifestam em projetos de pesquisa, publicações e seminários que comecem a gerar um acúmulo de reflexões sobre o continente. A diversidade temática e geográfica é relativamente ampla, embora haja uma concentração de estudos nos e sobre os PALOP. Tal cenário torna cada vez mais premente a importância de um diálogo qualificado sobre perspectivas, oportunidades, limites e desafios de um campo que passa a tomar expressão na antropologia feita no Brasil. O GT que propomos tem por objetivo reunir diferentes trabalhos desenvolvidos em contextos africanos promovendo a continuidade de um diálogo qualificado sobre pesquisas etnográficas realizadas no e sobre o continente. Com esse objetivo, convidamos pesquisadores que abordem temáticas diversas, tais como o desenvolvimento; a cooperação internacional; fluxos locais, regionais ou globais; dinâmicas familiares e de parentesco; mobilidade e dinâmica social; gênero e sexualidade; relações sul-sul; cultura popular; concepções de cidadania, dos direitos, do Estado; dentre demais questões que, ao perpassarem os interesses de antropólogos brasileiros, respondam aos inúmeros desafios da pesquisa sobre e em contextos africanos.

Desenvolvimento, Estado e Direitos em África: Participação política das mulheres e luta por direitos em Moçambique

Autoria: Vera Fátima Gasparetto, Luzinete Simões Minella

O objetivo desta comunicação é analisar as principais agendas e lutas dos movimentos de mulheres e feministas junto ao Estado moçambicano ao longo das últimas décadas. Intenciona identificar e descrever as metodologias, estratégias de luta política e ações de mobilização pública que esses movimentos utilizam para negociar, tensionar e garantir a implementação das pautas e demandas pelos direitos humanos das mulheres, que incluem o direito ao próprio corpo, à cidade, ao trabalho, à terra e ao reconhecimento da sua contribuição social e econômica, tanto no espaço público como no privado. Para o efeito, observamos diretamente ações desenvolvidas por diversas organizações tais como, o Fórum Mulher, Associação Sócio-Cultural Horizonte Azul (ACHA), Fórum das Mulheres Rurais (FOMMUR), Associação Moçambicana para a Defesa das Minorias Sexuais (LAMBDA), Movimento das Jovens Feministas (MOVFEMME), Marcha Mundial das Mulheres (MMM), Associação das Mulheres Empregadas Domésticas (AMUEDO), Associação das Mulheres Desfavorecidas da Indústria Açucareira (AMUDEIA) e pelo Estado. Em simultâneo entrevistei ativistas, acompanhei as redes sociais de algumas organizações e analisei documentos produzidos, tanto por essas organizações, quanto pelo Estado moçambicano (livretos, livros, cartazes, etc). O work empírico foi realizado em Moçambique durante a minha pesquisa de campo, proporcionada pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), da CAPES. Além do work empírico, realizamos igualmente uma extensa revisão de literatura cuja ênfase é dada à produção no campo dos estudos de gênero e feminismo das pesquisadoras africanas em geral e, moçambicanas em particular. A proposta do work é articular uma epistemologia interdisciplinar (priorizando aspectos da Antropologia, da História e da Sociologia) em diálogo com as epistemologias do Sul-Sul.

[Trabalho completo](#)



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

